

## VII Colóquio de Sociologia Clínica e Psicossociologia: construção da Cidadania e dos Movimentos Populares (CRP 04)- 04/07/2001

(03:29) Eu devo falar aqui do movimento antimanicomial. Uma criação que resulta de um enfrentamento, bastante específica, de como se colocou entre nós a instituição psiquiátrica, o hospital psiquiátrico. Eu acredito que vou poder esclarecer isso melhor. Antes de entrar diretamente nesse tema eu gostaria de retomar um pouco a mesma direção, já trazida pelo companheiro do MST, porque creio que a crítica ao processo histórico brasileiro ainda não foi suficientemente esgotada e sempre é possível acrescentar algo mais na percepção da forma cruel, mesquinha, que os processos de dominação construíram em nosso país. Nós temos, sem dúvida nenhuma, uma construção histórica, uma relação entre as elites brasileiras e o povo brasileiro, ao longo dos processos de colonização.

(05:52) As elites brasileiras sempre acharam que esse povo era um povo indigno de estar a altura da sua condição de dominadores. A condição mestiça do povo brasileiro particularmente foi temática enfatizada durante o período imperial brasileiro, onde, inclusive, o recurso à importação de gente branca da Europa, para ver se produzia um “melhoramento” da raça brasileira foi tentado com ênfase. Creio que esta dimensão deve ser sempre enfatizada, porque creio que temos, no Brasil, mais do que uma dificuldade no plano da exploração econômica, temos um verdadeiro abismo cultural e estético que separa o conjunto dos pobres brasileiros dos segmentos das elites, ou dos segmentos de classe média identificados com essas elites.

(07:40) Temos no Brasil uma pós-modernidade que incorpora modernização tecnológica e vivemos, ao mesmo tempo, uma pré-modernidade, do ponto de vista dos direitos políticos, onde sequer o Habeas Corpus, é um instituto universalmente exercido por todos os brasileiros.

Como segundo ponto eu queria dizer que, acho que temos usado e usamos no Brasil o conceito de cidadania de uma forma bastante tática, num esforço de alargamento na conquista desses direitos fundamentais. Mas queria pensar que, o próprio conceito de cidadania, como uma referência, é bastante estreito e limitado e não deveria ser a referência para nossa utopia. Como Karl Marx colocava no livro “A questão judaica”, onde discutia exatamente o lugar do povo judeu, no âmbito da sociedade, dos Estados Nacionais, a ideia de cidadania é uma ideia que afirma os direitos do cidadão como homem isolado, onde a sociedade figura como um mero receptáculo desses direitos que o cidadão deve ter no interior dessa sociedade.

(09:58) A garantia dos direitos em relação a propriedade privada. Faço essa crítica porque, o grupo social ao qual estou vinculado do ponto de vista de movimento, é um grupo social que está excluído da cidadania pela sua singularidade psíquica. Os loucos são, por definição, sujeitos que não podem se regular individualmente, autonomamente. E é porque não são capazes de serem individualidades autorreguláveis, é que estão colocados fora dos direitos, de todos os direitos, de qualquer direito. E é por isso que são como elos frágeis, mais frágeis da corrente social, alvo de toda ordem e de todo tipo de violência. Mesmo no campo do pensamento crítico, durante muitos anos a existência da exclusão social dos chamados

“loucos” foi considerado algo normal. Me parece que o esforço para questionar o estatuto de direitos dos doentes mentais nos leva a uma fronteira radical, que questiona exatamente os limites da ideia de cidadania. Me parece que, quando iniciamos esse trabalho em torno do movimento antimanicomial tínhamos em mente uma situação muito particular, onde, no Brasil, historicamente, os hospitais psiquiátricos, os antigos e os modernos, sempre se comportaram como um mero instrumento de gestão social de populações periféricas problemáticas, de populações subalternas problemáticas.

(12:48) E até quem sabe, cuidar medicamente dos chamados doentes mentais, a única coisa que o hospício no Brasil fez historicamente, a única função que ele cumpriu historicamente com competência, foi exclusivamente a função da segregação social, do isolamento social, retirando esses indivíduos da convivência e garantindo uma certa ordem social para a qual esses doentes mentais eram ameaçadores. Muito a ser destacado e percebido pelos profissionais que trabalham nesse campo no Brasil, desde 1977, 1978, nós associamos no Brasil as ideias antipsiquiátricas a uma certa luta antiautoritária. De certo modo, ao negar o hospital psiquiátrico, ao dizer que o hospital psiquiátrico era uma instituição irreversível para qualquer finalidade digna, nós começamos a enxergar, a perceber, a ver, a dimensão da crueldade que essa instituição representou historicamente.

(14:48) No Brasil, o principal instrumento de ampliação do hospital psiquiátrico e do próprio papel de controle social da psiquiatria, foi, por incrível que pareça, a própria crítica ao hospital psiquiátrico. Desde 1856, quando inaugura-se o primeiro hospital psiquiátrico no Brasil, essa instituição foi sistematicamente denunciada como um espaço de violência, de abandono, contra aqueles que deveriam ser ali tratados. E, curiosamente, a denúncia do hospital psiquiátrico sempre teve a direção de produzir mais hospital psiquiátrico. Porque sempre o diagnóstico acerca dos males do hospital psiquiátrico concluía que a sua superlotação, que a limitação de recursos financeiros, de recursos humanos, era responsável pelo seu mal funcionamento, e a solução sempre encontrada era a ampliação, a construção de novos hospitais psiquiátricos.

(16:34) De certa forma, muitas gerações psiquiátricas criticaram o hospital psiquiátrico na expectativa da sua recuperação, da recuperação do seu papel e da sua função terapêutica. Aqui, um mandato social de terapêutica no hospital psiquiátrico, constitui-se apenas uma forma secundária de justificação de sua existência. O seu verdadeiro papel, o seu verdadeiro mandato é a exclusão social desses indivíduos que causam problemas a ordem social e que, no caso brasileiro quase que totalmente, recobrem uma camada social formada pelos miseráveis e pelos subalternos. Então nós podemos pensar que o hospital psiquiátrico no Brasil faz parte da série de instituições de gestão dos transtornos na área da subalternidade, assim como as Febem's, as instituições que acolhem as crianças, os menores, os adolescentes infratores; assim como os asilos que recolhem os velhos que não tem mais condição produtiva; ou o sistema prisional brasileiro onde fundamentalmente estão presentes os sujeitos egressos desses grupos subalternos.

(18:50) Como último elemento eu queria trazer que, ao iniciarmos esta nova forma de enfrentamento do hospital psiquiátrico, negando a sua existência, nós reabrimos a pergunta: o que vamos fazer com os loucos no Brasil? Isso é muito importante porque esta pergunta

estava respondida. Lugar de louco é no hospício. E reabrir essa pergunta tem possibilitado a construção de novas formas de atenção a esses sujeitos. Nos últimos dez anos, construímos cerca de trezentos serviços substitutivos à internação psiquiátrica, e que tem a vocação da reinserção social. É que diante esse período produzimos também um tipo de ator social que poderia estar aqui muito bem representando esse movimento, que são os próprios usuários dos serviços de saúde mental, que hoje estão organizados em mais de 50 associações de usuários e familiares, e que hoje já realizaram mais 6 encontros nacionais, onde discutem a sua situação.

É, sem dúvida, um experimento antropológico magnífico, porque a política, a nossa política, mesmo a política que fazemos no capo da esquerda, no campo crítico, trabalha com um conjunto de conceitos, como o conceito de autonomia, como o conceito de democracia, como o conceito de representação, que se são difíceis ao exercício da política nos diversos campos de atuação. Creio que todos abem o quanto é difícil fazer a política no campo da esquerda, no campo crítico, em função das instituições que nós vamos acumulando ao longo dos tempos, o conceito de maioria, o conceito de votação, o conceito de defesa de ideias.

Se isto é muito difícil de ser exercitado de modo geral, particularmente é um desafio enorme fazer uma assembleia, ou fazer um encontro onde as pessoas muitas vezes estão situadas num plano de singularidade psíquica; onde as regras, o estabelecimento das regras tem uma fragilidade constitutiva. A capacidade dos sujeitos participantes de conformarem um conjunto de pensamentos comuns figura com um desafio.

(23:18) Entretanto, apesar de ser absolutamente improvável, existe hoje no Brasil um movimento antimanicomial, onde nós, os profissionais, somos cada vez mais minoritários, e estamos colocados cada vez mais num papel de assessoramento. Acredito que isso tem nos feito repensar os nossos conceitos políticos, as nossas formas de organização política. E creio que isso pode ser de grande interesse para todo o campo critico, o campo dos movimentos sociais, dos movimentos populares, no sentido de que possamos alargar não apenas os conceitos conservadores, como o conceito de cidadania, mas alargarmos, sobretudo, as formas instituídas que te possibilitado o nosso trabalho político nesse campo.